

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

C749a Congresso Nacional de Arquivologia (4. : 2010 : Vitória, ES).
Anais do IV Congresso Nacional de Arquivologia, 19 a 22 de
outubro de 2010. - Vitória, ES : [AARQES], 2010.
1 CD-ROM

Tema: A Gestão de Documentos Arquivísticos e o Impacto das
Novas Tecnologias de Informação e Comunicação.
ISBN: 978-85-63771-00-1

1. Arquivologia - Congressos. 2. Documentos arquivísticos -
Congressos. 3. Tecnologia da informação. I. Título. II. A Gestão de
Documentos Arquivísticos e o Impacto das Novas Tecnologias de
Informação e Comunicação.

CDU: 930.25

Realização



AARQES
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS
DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



ENARA
Executiva Nacional das Associações
Regionais de Arquivologia

Patrocínio



 Centro de Ciências
Jurídicas e Econômicas
UFES



 Sistema CFB / CRB
Conselho Federal de Biblioteconomia
Conselhos Regionais de Biblioteconomia



Parceiros



Agência Oficial



Organização



IV CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA

**"A GESTÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS E O IMPACTO DAS NOVAS
TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO"
19 A 22 DE OUTUBRO DE 2010 – VITÓRIA –ES**

VI ENCONTRO DE PALEOGRAFIA E DIPLOMÁTICA

ETAPAS DA PALEOGRAFIA : LEITURA, TRANSCRIÇÃO E INTERPRETAÇÃO

João Eurípedes Franklin Leal
Professor Livre Docente de Paleografia
Núcleo de Paleografia e Diplomática
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNIRIO – j.franklinleal@hotmail.com

Resumo:

A paleografia, como técnica para transcrever manuscritos, compõe-se de fases ou etapas para atingir plenamente seus objetivos. Esta etapas são leitura, transcrição e interpretação. Cada uma destas fases requer recursos e atitudes próprias, assim como um método. O uso de normas de transcrição, o respeito ao texto e ao autor do texto objetivando torná-lo comprehensível. A paleografia usada para atender arquivistas, historiadores, documentalistas, filólogos e estudiosos da língua. A necessidade da interpretação do texto, tendo em vista a mudança na sinonímia das palavras e expressões ou da perda de seu uso. A Paleografia integral.

Palavras-Chave : Paleografia, leitura, transcrição, interpretação e glossário

ETAPAS DA PALEOGRAFIA : LEITURA, TRANSCRIÇÃO E INTERPRETAÇÃO

João Eurípedes Franklin Leal
Paleografia, Historiador e Pesquisador da
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro -
Núcleo de Paleografia e Diplomática – UNIRIO

A paleografia, como técnica para reproduzir o documento manuscrito na grafia atual, comporta três etapas que se complementam e que são indispensáveis: a leitura do manuscrito, sua transcrição para a forma gráfica atual e a interpretação do texto.

A leitura do manuscrito compreende os momentos iniciais onde o paleógrafo entra em contacto com o documento a ser lido e que pode variar, desde as formas mais complexas (com escrita possuidora de um ductus complicado, uma variedade de abreviaturas e uma grafia que fuja à boa qualidade) até formas manuscritas de extrema facilidade. Não é a maior ou menor datação do documento que irá também dificultar a leitura, pois, se existe documento de leitura fácil nos séculos XV e XVI, pode existir documento difícil no século XIX, mas a regra é o inverso.

Normalmente usamos na paleografia o método comparativo. Este método funciona tão melhor quanto mais vasto é o texto. Um texto curto ou curtíssimo, tendo o ductus, ou traçado da letra, complicado é sinônimo de trabalho paleográfico difícil. A prática constante de se transcrever documentos traz-nos alguns recursos e meios de facilitar sua leitura. É evidente que algumas pessoas tem um maior dom de entender e ler manuscritos. Isto é mais que percebido. Mas sem um estudo teórico das várias formas de grafar as letras, desde o período romano, passando pela idade média e chegando à atualidade, não há possibilidade, algumas vezes, de se fazer uma correta transcrição. Evidente que não há necessidade de se tornar um esperto em escritas antigas ou medievais, mas, pelo menos, um razoável conhecimento é recomendável.

Uma prática que sempre da certo, ao tomarmos conhecimento do manuscrito, é de lê-lo, se necessário, várias vezes, com objetivo de ir-se tomando consciência daquela forma de grafia. Recomenda-se que se leia o documento, mesmo saltando palavras ou letras, com o objetivo de se tomar consciência daquela forma de grafia, pois assim nossos neurônios iniciarão um processo de entendimento do texto escrito. Isto é óbvio, pois quando já estamos habituados com uma forma de grafia de determinada pessoa, por mais complicada que a letra seja, ela já nos parece compreensível. Portanto é bom que se leia várias vezes o texto, não importa como, para nos familiarizar com a grafia. Detalhes mais complexos encontrados como abreviaturas, letras ou números, serão resolvidos em seu tempo. Procure nesta fase já identificar nomes de pessoas, de lugares, datas e números. Outro recurso é tentar reproduzir, em folha separada, a grafia de palavras, repetindo o traço, ou ductus, executado pelo escriba, para compor a palavra. Este artifício é bastante eficiente e faz-nos penetrar na intimidade da escrita. Um outro mecanismo, aconselhável para desvendarmos a composição da palavra, é tentarmos lê-la de traz para frente, recompondo letra a letra. Tudo isto é uma tomada de posição, para que possamos passar para a fase central do trabalho que é a transcrição do conteúdo de um manuscrito, para uma forma gráfica própria das letras de nossa época.

A transcrição, como segunda etapa, é a razão central da paleografia e, sem dúvida, a observância de normas é imprescindível para que se atinja o objetivo. As Normas Brasileiras de Transcrição Paleográfica tem o objetivo de dar maior credibilidade ao produto final, valorizando a lógica, se baseando nos princípios históricos da escrita, assim como no respeito ao seu autor. Estas Normas surgiram efetivamente depois de dois Encontros de Paleografia e Diplomática, no Arquivo do Estado de São Paulo, anos 1990 e 1993, e deram um novo direcionamento ao ensino, uso e prática da paleografia. Boa parte de seu conteúdo adveio de uso e prática da paleografia, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, em seu curso de Arquivologia. Hoje estas Normas, já consagradas, ultrapassaram o território brasileiro e influenciam a prática paleográfica na América do Sul. Assim, para a boa prática da transcrição paleográfica imprescindível é o uso desta regulamentação.

Existem algumas práticas facilitadoras para a elaboração de transcrição paleográfica: Nunca transcreva apressado ou estressado. Concentre-se e relaxe. Penetre no mundo do manuscrito. Sinta-se no passado e o trabalho ganhará em qualidade, velocidade e será prazeroso. Tenha satisfação em transcrever, lembrando sempre que o paleógrafo é um “semideus”, pois tem a capacidade de fazer ressuscitar uma informação de um documento até então “morto” em seu conteúdo. Algumas medidas são interessantes: se o texto a transcrever é longo, com cinco, dez, cinqüenta folhas, com letra complicada e difícil, organize uma tabela, com um abecedário, de a até z, e reproduza, ao lado de cada uma delas, as várias formas de cada letra representada no manuscrito. No final tem-se uma tabela que, possivelmente, já à partir da quarta ou quinta folha do texto esteja completa e será uma lista de “tiradúvida”. Este trabalho fará com que o paleógrafo também adquira a capacidade de reproduzir o traçado de letras de outrem e assim adquirir uma técnica, mais apurada, para entender ductus de letras de outros escribas. A transcrição de palavras completas (não abreviadas) é apenas questão de identificar letras, isto é, identificar isoladamente cada uma delas. O grande problema é quando a palavra está abreviada. Para isto, além da prática rotineira de identificar abreviaturas é necessário o uso de dicionários de abreviaturas, como o editado pelo Arquivo Nacional, de autoria de Maria Helena Flexor. Eles nos dão segurança e apoio resolvendo delicadíssimas situações. Se algumas vezes transcrever palavras escritas por extenso já é complicado, muito mais difícil é a identificação do conteúdo de certas abreviaturas e expressões, pois inclusive nunca no passado houve normas para se abreviar, apesar costumes variadíssimos.

No ato de transcrever manuscritos devemos ter sempre em mente duas premissas básicas: a primeira deve ser a de respeito total ao seu autor e ao seu texto, a segunda é de tornar o texto inteligível à atualidade. Mas tornar o texto inteligível não significa modernização. Temos de lembrar sempre que a transcrição paleográfica destina-se a ser usada por historiadores, juristas, arquivistas, etc, mas também, e muito, a filólogos e outros estudiosos da língua que necessitam de sua forma original, sem modernização, como o acréscimo de acentos, pontuação, troca de letras maiúsculas. Mas atenção, conforme for o objetivo do texto ele pode ser, a posteriori, modernizado, mas isto não mais é

paleografia e sim atualização de texto já transcrito paleograficamente. Temos que ter sempre em mente que a escrita portuguesa, só foi padronizada no final do século XVIII. Até este momento cada escriba tinha suas próprias peculiaridades gráficas de uso, de acentos, pontuações e grafias de palavras.

A terceira etapa da paleografia refere-se à necessária interpretação do texto transcrito. Os textos, quanto mais antigos forem, contém palavras e expressões cada vez mais não usuais ou de sinonímia modificada. É a dinâmica de língua, que não permite sua estagnação e consequente morte. Interpretar palavras e expressões, ou até frases inteiras, é uma tarefa tanto do paleógrafo como do filólogo. A língua portuguesa, escrita e falada no Brasil desde o século XVI, teve um encaminhamento próprio, e muitas vezes, desvinculou-se da de Portugal, não só na fonética, mas também na grafia e na sua sinonímia. No Brasil conservou-se muito do falar e escrever dos séculos XVI ao XVIII enquanto Portugal deu um outro encaminhamento à língua. Quase já podemos falar de uma língua brasileira. Conforme exemplos que temos a seguir, é nossa obrigação saber interpretar o que foi transcrito. Já temos alguns dicionários antigos que podem nos ajudar nesta tarefa como o Vocabulario Portuguez e Latino de Bluteau (1712), o Elucidário do Frei Viterbo (1798), o Diccionário de Silva Pinto (1832) mas já é momento de que se tenha um trabalho mais atualizado, prático e condensado para o uso de paleógrafos, diplomatas, historiadores e filólogos. Neste momento já estamos elaborando um trabalho neste sentido, visando suprir esta necessidade, com base em experiências passadas, em anos de transcrições paleográficas e de manipulação de manuscritos. Segue um pequeno exemplo de palavras e expressões que cabem a necessidade de interpretação.

Armas ao pingarelo : organizar-se para participar de algo escuso e vantajoso.

Adubo : recheio de comida, “farofa”.

Balio : senhor, príncipe, nobre.

Beijo de Pomba : beijo de língua.

Credença : crença, fé, religião.

Chuchadeira : mamata, oportunidade de vantagem fora da lei.

Chibante : esperto.

Criança: origem, criação, princípio (as crianças feitas ao tempo de D. João).

Compra de corpo : dote que o marido dava à esposa ao casar.

Dante : datada (Dante em Lisboa).

Casal : grupo de casas, casario.

Irmão pervinco : primo em primeiro grau.

Fosforo : falso eleitor.

Lugar cham : lugar pequeno e pouco povoado.

Malada : escrava, criada, serva.

Missar alguém : rezar missa pela alma de alguém.

Peado : condenado a uma pena, apenado.

Porrada : cozido de alho poró.

Preste : sacerdote (contração de presbítero).

Ganço : lucro, ganho, rendimento.

Saber : sabor, gosto (sabe à uva).

Santo unhante : santo protetor dos desonestos, dos que unham o patrimônio alheio.

Casal de fogo morto: vila de casas desabitadas.

Derrota de uma viagem : rota, caminho de uma viagem.

Nesta data a um casal com sinquo fogos que omizia um pao de cabeleira de

Castela : neste local há um casario com cinco habitações que esconde um espião de Castela.

FIM